

Violência eleitoral no campo pode indicar como será futuro governo

*Em entrevista à **Pública**, a coordenadora nacional do MST, Kelli Mafort, afirma que governo de Bolsonaro trará aumento de conflitos e agressões contra os sem-terra e outros movimentos populares*

Por Tatiana Merlino

Como o MST vê a violência contra movimentos sociais, acampamentos e assentamentos ocorrida no contexto e no período eleitoral?

Existem algumas particularidades nesses ataques, podem ser indicadores de uma tendência do que pode ser esse governo. Ele combina um processo de criminalização institucional da luta pela reforma agrária e movimentos populares e discurso de ódio que incita forças conservadoras a agirem por conta própria. É diferente do que já vimos até hoje mesmo nos períodos mais fortes, da década de 1990, com [Fernando] Collor de Mello [presidente entre 15 de março de 1990 e 29 de dezembro de 1992], e perseguições, quando chegamos a ter 150 pessoas do MST presas ao mesmo tempo. Mas aquela violência era praticada por grupos de jagunços, fazendeiros, pessoas ligadas diretamente ao conflito fundiário.

E o que vemos hoje é outra situação. O MST enxerga esse governo da seguinte forma: é, ao mesmo tempo, ultraliberal – sua pauta é privatizante, entreguista, nada nacionalista – e neofascista. Ele vai liberando essas forças ultradireitistas e conservadoras.

No Mato Grosso do Sul, onde houve incêndio criminoso, a incitação ao ódio é tanta que ele pode ter sido cometido por um grupo de milícia ligado a fazendeiro, pois houve também ataques a comunidades indígenas acampadas na beira das estradas. A violência pode vir de qualquer pessoa que acabe caindo nesse discurso de ódio que está proliferando na nossa sociedade.

Do ponto de vista da violência institucional, temos processos que envolvem o Judiciário, como a reintegração de posse no Distrito Federal e a iminência de despejo no assentamento Quilombo Campo Grande, em Minas Gerais [o terreno está ocupado há 20 anos por integrantes do MST e é utilizado para produção de vários gêneros alimentícios, sem uso de agrotóxicos], mas também criminalização através da tentativa de tipificar movimentos sociais como terroristas.

Há quatro projetos de lei tramitando no Senado e na Câmara há dois anos para retirar artigos que protegem os movimentos populares. Tudo isso ganha muita força agora com o discurso do Bolsonaro, que ataca frontalmente e nominalmente o MST e a luta popular. Seu discurso libera ódio.



Kelli Mafort é coordenadora nacional do MST (Foto: Acervo pessoal)

O MST nasceu durante a ditadura e tem uma história de luta enorme, já enfrentou momentos históricos muito difíceis. Como estão se organizando para enfrentar o que vem por aí, nos acampamentos e assentamentos?

Queria explicar a diferença entre reintegrações de posse de Minas e do Distrito Federal. O caso do DF é emblemático do que deve acontecer em várias partes do país. É um exemplo de como deve ser o comportamento do Judiciário em alavancar processos de cumprimento das reintegrações de posse com uso exemplar das forças policiais no caráter repressivo, passando por cima dos pertences das famílias e tal.

Já o caso de Minas é diferente porque é um assentamento, e isso pode abrir precedente para que áreas de assentamento criadas, que já têm decreto, que têm vida, casas, produção, estrada aberta, governos já passaram créditos, já têm investimento público. E há uma enormidade de casos assim, áreas com óbice judicial.

Até então, quando existia situação de óbice em que o antigo proprietário ganhava na Justiça o direito de questionar a existência do assentamento, isso não culminava no despejo das famílias. Isso é novo e perigoso. Essa interpretação do juiz da primeira instância da vara agrária em Minas pode abrir precedente perigoso, que é a leitura de que o antigo proprietário ganhando na Justiça despeja-se famílias mesmo que o assentamento já tenha sido criado.

Como enfrentar a situação de violência?

Estamos num processo interno do movimento de preparação. Já enfrentamos situações adversas. Esse é outro tempo, até mais violento, mas acreditamos que as formas de enfrentamento são parecidas. Organização interna, grande unidade entre assentamentos e acampamentos e apoio da sociedade. A tendência é isso se intensificar. Nos apegamos à justeza da reforma agrária, à necessidade dela, só lutamos por ela porque tem pessoas que precisam de casa, de trabalho, de comida, nos baseamos nisso, pela solidariedade que temos recebido de pessoas da cidade visitando acampamentos, manifestando apoio e também solidariedade internacional. Há comitês sendo reativados em todo o país, por toda a Europa e outros continentes. Há muita solidariedade internacional. E também pelo que está acontecendo no país, estamos formalizando denúncias, como fizemos à Comissão Interamericana de Direitos Humanos recentemente. No caso de Minas, esperamos também reverter ações jurídicas. Há um abaixo-assinado com comerciantes locais: eles entendem que o assentamento é superimportante para a economia local. Há muita solidariedade no município.